
Radiografia das rádios comunitárias do Maranhão: desvios e dissonâncias¹

Priscilla Pereira da COSTA²

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA

Resumo

Nos 25 anos de vigência da Lei 9.612/1998, entende-se que a ideia de democratização não consegue assegurar o direito à comunicação observado nas várias problemáticas cotidianas das rádios comunitárias maranhenses. Tem como espaço empírico 48 rádios comunitárias maranhenses. No percurso utilizamos a perspectiva crítica e a pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com comunicadores e comunicadoras populares, dirigentes ou lideranças das rádios comunitárias. O campo empírico da investigação aponta a predominância no território maranhense de rádios comunitárias desviantes e dissonantes.

Palavras-chave: democracia; comunicação; mídia; rádios comunitárias; democratização.

1 Introdução

O artigo propõe expor uma parte da pesquisa sobre a radiografia das rádios comunitárias do Maranhão ao analisar as emissoras comunitárias diante da Lei 9.612/1998 a partir dos dados e informações coletadas no espaço empírico maranhense, destacando pontos controversos e contraditórios da radiodifusão comunitária experimentada no Maranhão.

2 Metodologia

Na pesquisa empírica, entre o rol de procedimentos, realizamos entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado em tópicos (Duarte; Barros, 2011). As entrevistas³ foram à distância⁴ e/ou presencial com comunicadores e comunicadoras populares, representantes das instituições mantenedoras das rádios comunitárias maranhenses e com o presidente do movimento da radiodifusão comunitária no estado do Maranhão, representado pela Abraço-MA (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias seção Maranhão). Nas entrevistas presenciais, foram realizadas visitas às instalações das rádios comunitárias, além disso, fizemos escutas das programações e observação on-line das emissoras⁵.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisadora doutora em políticas públicas pela UFMA e Relações Públicas, e-mail: piticacosta@hotmail.com

³ A ida ao campo para realizar algumas entrevistas e visitar às rádios ocorreu em 2022, depois da maior flexibilização da pandemia da *Corona Virus Disease 2019* (COVID-19). A pesquisa de campo iniciou em fevereiro de 2022, sendo a maior parte dos dados coletados ao longo do ano.

⁴ A plataforma *Google Meet* e o aplicativo *WhatsApp* foram utilizados de acordo com a preferência dos entrevistados e entrevistadas. Maior parte das entrevistas foram realizadas à distância devido ao prazo e custos.

⁵ Grande parte da escutas on-line das programações foram feitas em 2023.

A partir de dados disponíveis no Ministério das Comunicações (MCom) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), fizemos o recorte da pesquisa dentro do universo das rádios comunitárias maranhenses com autorização de outorga, e cruzamos com informações da Abraço-MA. As rádios comunitárias maranhenses pesquisadas foram mapeadas considerando a divisão que a Abraço-MA efetua, que são dez regionais representativas das demandas do movimento no Maranhão, a saber, Alto Turi e Gurupi, Baixada, Baixo-Parnaíba, Maranhão Central, Cocais, Mearim, Munim-Lençóis, Sertão, Sul e Tocantina, e a Ilha de São Luís.

São 190⁶ registros de rádios comunitárias autorizadas no Maranhão no sistema da Anatel. Desse quantitativo, selecionamos 48 rádios comunitárias para serem pesquisadas, por considerar um recorte representativo para observação e reflexão sobre a realidade delas no Maranhão. Em cada regional da Abraço-MA (dez) consideramos alguns aspectos para a escolha das emissoras nos municípios, tais como: três primeiros com maior população; menor população; com mais de uma rádio comunitária e população semelhante numericamente junto ao desenho midiático tradicional. No Maranhão existem 167 desertos de notícias situados em municípios pequenos (média de sete mil habitantes) e muitos deles estão fundamentalmente condicionados às informações da televisão aberta e do rádio.

Assim, foram pesquisadas sete rádios comunitárias no Munim-Lençóis; 11 na Baixada; oito no Maranhão Central; três no Baixo Parnaíba; uma no Cocais; duas no Sertão; uma no Alto Turi e Gurupi; quatro na Tocantina; três no Mearim e seis no Sul. Já na Ilha de São Luís, onde está localizada a capital maranhense, foram pesquisadas mais duas rádios comunitárias, uma em São Luís e a outra no município São José de Ribamar (região metropolitana).

3 Fundamentação Teórica

Para estabelecer a radiografia das rádios comunitárias do Maranhão, no primeiro momento, percorremos o estudo crítico das categorias democracia e participação a partir das reflexões de autores clássicos sobre as concepções de democracia, como Moses Finley, Rousseau, Schumpeter, Carole Pateman, David Held, Marx e Engels. No campo da comunicação, com o objetivo de discuti-la e dialogá-la com a democracia,

⁶ Na listagem da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (maio de 2023) é possível ver cadastro de algumas emissoras duplicadas com registro no Maranhão e mais em outro estado, isso pode ser o indicativo da diferença de emissoras a mais quando cruzamos com informações levantadas durante a pesquisa, que resultou no quantitativo 176 emissoras nas regionais e mais 12 na ilha de São Luís, totalizando 188.

buscamos as análises de autores críticos como Venício de Lima, Dênis de Moraes, Cícilia Peruzzo, Murilo César Ramos entre outros.

Além disso, o referencial gramsciano auxiliou no entendimento de que a comunicação e os meios de comunicação funcionam como aparelho privado de hegemonia, ponto basilar para o diálogo, crítica e compreensão do embate que as rádios comunitárias travam a partir da ideia de democratização. Utilizamos a revisão bibliográfica sobre o tema de estudo, fazendo uma análise sobre a legislação em comunicação, pesquisas em documentos oficiais do MCom e da Anatel, em artigos e matérias, em sítios na internet sobre a radiodifusão comunitária.

4 Análise e Principais Resultados da Pesquisa

Diante da regulamentação da Radiodifusão Comunitária (RadCom), analisamos as particularidades e singulares das rádios comunitárias do Maranhão a partir de nove pontos, que estão correlacionados e são vivenciados no campo empírico com desvios e dissonâncias determinantes para o distanciamento da ideia de democratização no Maranhão pela Lei 9.612/98. Antes, a pesquisa traçou um breve panorama geográfico e quantitativo das rádios comunitárias maranhenses e um pouco da mídia tradicional que as circunda.

A quantidade de rádios comunitárias no Maranhão com previsão legal para funcionamento é de 162, com 150 cidades cobertas, o que indicaria uma distribuição até satisfatória para um estado com 217 municípios e que estaria com uma cobertura de quase 70% de rádios comunitárias. Porém, na realidade vivenciada os números ocultam rádios comunitárias sem funcionamento, fora do ar, somente na amostra são 40 no ar, além do que, os desertos de notícias podem ser ampliados quando as rádios comunitárias existentes reproduzem uma comunicação distante dos princípios da RadCom, sobretudo na prática do jornalismo local.

No panorama, numericamente, temos 67 cidades sem rádios comunitárias autorizadas pelo MCom frente a 150 cidades com emissoras, funcionando ou não. Porém, apesar do número de cidades maranhenses contempladas com rádios comunitárias ser quase três vezes mais, o Maranhão possui 167 desertos de notícias que equivale a uma proporção de 77%.

São cidades pequenas com população mediana de sete mil habitantes que têm lacunas informacionais de serviços ou acontecimentos da realidade local, além de baixa

cobertura de internet. Nelas a radiodifusão tem um peso relevante e preponderante na construção da subjetividade, no debate público, no acesso às informações, entre outros.

Araújo (2023)⁷ avalia que as rádios comunitárias preenchem vazios comunicacionais no ambiente local e que, apesar das imperfeições, as rádios comunitárias pulsam democracia e estabelecem uma pluralidade de vozes tirando a exclusividade do direito de falar e noticiar da mídia tradicional.

E nas maiores cidades maranhenses das Regionais em número de habitantes, as rádios comunitárias, que as vezes se somam a mais outra, estão rodeadas por emissoras comerciais que alcançam municípios circunvizinhos. Na contrapartida, nas menores cidades predomina apenas o veículo comunitário como único meio de comunicação, e que pode vir a não estar a serviço da comunidade.

De fato, a organização midiática maranhense tradicional pouco se difere da organização midiática tradicional brasileira, sendo estrutural e caracterizada por cenário concentrado e dominado por poucos, que estão organizados alinhados aos grandes grupos midiáticos nacionais.

Os grupos midiáticos tradicionais maranhenses, que são no mínimo nove, em que os proprietários ou sócios-proprietários ora se confundem com políticos, ex-políticos e seus familiares e igrejas, cercam as rádios comunitárias maranhenses, às vezes, disputam concessões de emissoras comunitárias para serem somadas no rol dos veículos que já possuem.

O referencial gramsciano ressalta que a mídia é a estrutura ideológica da classe dominante, desenvolvedora da frente ideológica ou teórica, e é peça estratégica para reprodução e manutenção do poder. Os meios são grandes influenciadores nos processos democráticos e na subjetividade, tendo capacidade e eficácia simbólica para construir e desqualificar candidatos e inimigos.

O Sistema Mirante, o maior grupo midiático tradicional do estado, exerce um papel fundamental na conjuntura maranhense, pois é um instrumento importante da sustentação das práticas oligárquicas operadas pelo Grupo Sarney, que incluem neutralização, cooptação e desqualificação de adversários, ampliado e amplificado por meio do uso de veículos de comunicação pelas lideranças locais. Segundo Ferreira (2018),

⁷ Ed Wilson Araújo. Dirigente da Abraço-MA. Entrevista de pesquisa concedida em 6 de fevereiro de 2023, na cidade de São Luís.

uma variável na luta pela manutenção da hegemonia na comunicação do Grupo Sarney é interditar grupos alinhados a outros veículos.

Por exemplo, a Rádio Santa Maura, emissora local que pertence ao Grupo Waldir de Comunicação, possui parentes na família Sarney e aliados no executivo municipal de Lago da Pedra (a prefeita Maura Jorge). A emissora alcança vários municípios do entorno do Mearim, na cidade tem Rádio Comunitária Cultural FM, com 19 anos de atividade, mas que enfrentou dificuldades no processo de autorização de outorga com fechamento da emissora.

É uma condição quase *sine qua non* o envolvimento de políticos nos quadros societários dos grupos midiáticos, as relações políticas de compadrio abarcam grupos menores. Lembrando que no cenário midiático tradicional maranhense as concessões estão assentadas no patrimonialismo e favorecimento político, sobretudo no clientelismo (troca de favores, benefícios, isenções, apoios políticos a pautas e visibilidade política etc.), então os interesses privados se interconectam sobre a dimensão pública.

No Maranhão, além da propriedade de emissoras comerciais de rádio, TV ou retransmissoras, os grupos midiáticos tradicionais avançam nas autorizações de concessões de rádios comunitárias, ampliando o rol de veículos. Um deles, o Grupo Rocha, além das emissoras de rádios comerciais nas cidades da regional Maranhão Central, tais como Presidente Dutra (Rádio Paranuá AM) e Pindaré-Mirim (Rádio Capital do Vale do Mearim AM, fora do ar), possui autorização de outorga de rádio comunitária em São Luís⁸.

E não apenas os grupos midiáticos tradicionais avançam nas autorizações de concessões de rádios comunitárias, observamos na pesquisa situações em que a rádio comunitária funciona no mesmo endereço de retransmissoras de TVs, representando mais um veículo dentro do grupo de mídia. Em Rosário a retransmissora de TV, Sistema Rosariense (TV Vera Cruz) é o local onde funciona a rádio comunitária Rosário FM; no Baixo-Parnaíba, em Araisos, existe apenas a Rádio Comunitária Santa Rosa, que funciona no mesmo endereço da retransmissora de TV da Record, de que a família do dirigente da comunitária é proprietária.

⁸ O registro é da Associação Comunitária do Jaracaty, com autorização de outorga em agosto de 2007 e endereço sede no Marcus Center (Calhau), centro comercial de propriedade de Roberto Rocha (ex-senador), mesmo local onde funcionava a rádio comercial AM (Rádio Capital – RadioVale Rádio e Televisão do Vale Farinha Ltda.).

Diante desse panorama, nove pontos de análise, entre eles, um tipo de RadCom e outros caminhos; origem e vinculações (em destaque a política partidária); a criminalização e marginalização; adversidades cotidianas; financiamento; desvirtuamentos; desvios e dissonâncias nas programações; participação e vinculação com o movimento das rádios comunitárias representado pela Abraço-MA e a legislação de RadCom, nos permitiram delinear uma análise mais acentuada sobre as rádios comunitárias maranhenses.

O ponto de partida já inicia com a controvérsia da legislação da RadCom que vincula e delimita a atuação de uma rádio comunitária apenas à questão geográfica, ou seja, estabelece um tipo de rádio comunitária, aquela vinculada a uma comunidade que é determinada somente pelo recorte territorial. Em grandes cidades, como São Luís, que possui emissora em territórios extensos, como na região Itaqui-Bacanga que tem a Rádio Bacanga FM, a cobertura segue restrita apenas alguns pontos dos 60 bairros daquela região. Em Balsas, que tem três rádios comunitárias fora do ar, a Arca FM, situada em um bairro populoso, só tem cobertura nele, não alcançado outras regiões da cidade.

Portanto, o recorte territorial se mostra insuficiente para definir a comunidade à qual uma rádio comunitária se vincula, com uma concepção que molda a potencialidade do veículo, já permeado por outras contrariedades, e estática, que não cabe mais na organização da sociedade diante dos novos fluxos comunicativos e das novas tecnologias.

Dessa maneira, para as rádios comunitárias maranhenses, um recurso diante do alcance e cobertura restrita foi adentrar na *web* e utilizar as plataformas digitais. Todas as emissoras têm acesso à internet banda larga e é muito rotineiro a parceria com empresas para uso comum da torre/antena.

No ambiente virtual as rádios comunitárias do Maranhão estão presentes no sítio Rádios.com.br, que possui o aplicativo Rádios Net (71 emissoras)⁹; presença em redes sociais tais como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*, além do que mais da metade da amostra tem sítio na internet. A opção de adentrar na *web* e no uso de plataformas digitais indicam a tentativa de agregar novos públicos, que poderiam estar inacessíveis pelas limitações geográficas e da possibilidade de emissoras comunitárias que estão fora do ar, como a Comunica Alcântara (Alcântara). As rádios comunitárias maranhenses

⁹ O número pode aumentar devido à dificuldade de identificação da emissora no aplicativo a partir do nome fantasia.

consideram que a presença nos ambientes virtuais, funcionando on-line, possibilita atrair mais apoios culturais diante de um alcance para além das fronteiras físicas.

Apesar da presença virtual, as rádios comunitárias maranhenses que adentram nesse ambiente concentram particularidades. Uma delas é relativo aos endereços eletrônicos, que raramente possuem menus com informações sobre as emissoras. Os sítios apenas demarcam a presença e/ou servem para a escuta on-line e/ou direcionamento para plataforma Rádios Net. Além de existirem as dificuldades de manutenção desses espaços virtuais, como os sítios e aplicativos, observadas a partir da verificação do não funcionamento deles.

Em mais um ponto de análise, referente à origem e vinculações das rádios comunitárias maranhenses, a maioria delas tem média 20 anos de atividade, muitas com os prazos da autorização de outorga vencidos ou até já renovaram as autorizações, as emissoras surgem basicamente para suprir uma necessidade de comunicação motivadas por iniciativas populares ou individuais.

Nesse contexto, algumas rádios comunitárias são impulsionadas e estruturadas dentro da articulação política partidária, uma grande parte das rádios comunitárias maranhenses se erguem dessa maneira. As lideranças, que se tornam os principais ou únicos dirigentes das emissoras, geralmente ora ocupavam ou ocupam cargos políticos de vereadores ou de prefeitos. A vinculação e proximidade de políticos também impulsionou a tramitação da legalização de várias rádios comunitárias no estado. Em várias regionais, emissoras tiveram a tramitação da autorização de outorga rapidamente, com durações de um, dois, três e quatro anos.

Considerando a criação das emissoras, no mínimo 11 rádios comunitárias maranhenses pesquisadas¹⁰ foram articuladas dentro da política partidária, tendo seus dirigentes, à época, no exercício dos cargos de vereadores ou prefeitos. Em 26 delas¹¹, metade da amostra da pesquisa, houve algum apoio parlamentar no processo da concessão das autorizações das outorgas.

Na Baixada, uma das maiores regionais, mais de 50% do surgimento das emissoras provém da articulação política pela iniciativa de algum ocupante do cargo

¹⁰ Rosário FM, Pacas FM, Diamantina FM, Rio Farinha FM, Alvorada FM, Tropical FM, Peri-Mirim FM, Pop FM, Porto Rico FM, São José FM e Atividade FM.

¹¹ Pacas FM, Barreirinhas FM, Cidade de Icatu FM, Rosário FM, Lençóis FM, Diamantina FM, Babaçu FM, Arco-Íris FM, Dehon FM, Dom Romero FM, Santa Inês FM, Alvorada FM, Balaiada FM, Peri-Mirim FM, Central FM, Porto Rico FM, Pop FM, Progresso FM, Sacoã FM, Uru FM, Sertão FM, Máxima FM, São José FM, Atividade FM, Rio Farinha FM, Primavera FM.

executivo de prefeito ou deputado¹², além da motivação individual de algum empresário local¹³. Apenas uma, a Comunica Alcântara, que teve um processo mais amplo de discussão para o surgimento, dentro de um programa federal, como uma necessidade da existência de um sistema de comunicação.

Os apoios parlamentares refletem nos tempos de tramitação mais curtos, entre dois e quatro anos e com recorde de um ano naquelas que tiveram associados o apoio da igreja Católica. Enquanto outras rádios comunitárias maranhenses, em menor quantidade, passaram por um longo trâmite, entre sete e oito anos, para conseguirem ter as autorizações de outorga enfrentando dificuldades e disputas políticas.

Lopes e Lima (2007) demonstraram que contar com o apoio político de um “padrinho político” e uma consultoria favorece bastante o cumprimento das exigências da autorização da concessão. Além disso, a utilização política das outorgas é revelada por meio da construção de um ambiente comunicacional formado por rádios comunitárias diversas controladas por forças políticas que devem ‘favor’ ao padrinho político (Lima, 2011).

Outro ponto é que a proximidade das emissoras com políticos locais, vereadores ou prefeitos, seja na articulação do surgimento delas, no impulsionamento ou mesmo na “propriedade”, faz com que elas sofram influência das prefeituras e passem por períodos sujeitadas, até pela questão da sustentabilidade financeira, com programações comprometidas ora com quem está no poder ou com quem está na oposição local, e mais uma vez os interesses privados se sobressaem em um veículo que era para ser mais representativo.

Nesse contexto, em mais um ponto de análise que se correlaciona aos demais, está a marginalização e a criminalização. Com o surgimento das rádios comunitárias maranhenses, impulsionados por iniciativas mais amplas e populares ou dentro das articulações de igrejas e da política partidária, emissoras das várias regionais entraram no ar antes do processo de autorização da concessão da outorga, mas não sofreram lacre e/ou apreensão de equipamentos e nem criminalização dos dirigentes, assim como outras poucas entraram no ar apenas com tudo “legalizado”. Mas nesse contexto tiveram muitas rádios comunitárias que entraram no ar antes da “legalização”, sofreram apreensão e/ou

¹² Rádio Peri-Mirim (Peri-Mirim), Rádio Pop (Palmeirândia), Rádio Porto Rico (Porto Rico)

¹³ Rádio Sucesso (Santa Helena), Rádio Nova Liberdade (Turilândia) e Rádio Popular (Pinheiro).

lacre de equipamentos, fechamentos das emissoras pela Anatel e a criminalização de dirigentes.

Segundo Araújo (2023)¹⁴, a Abraço-MA não defende a clandestinidade das emissoras e, se uma entidade tem o desejo de obter a autorização, a Associação apoia aquela emissora. Ainda segundo Araújo (2023), o critério da Associação é universal para a filiação de rádios comunitárias, ilegais ou legais, assumindo o mesmo posicionamento quando surgiu o movimento da RadCom no Maranhão.

A regional Sul é a que tem mais dirigentes criminalizadas por colocarem no ar emissoras comunitárias sem a “legalização”. O dirigente da Kativa, de Balsas, emissora que ainda não entrou no ar, já foi criminalizado na cidade por outras experiências radiofônicas, um dos motivos que não configura na documentação da Kativa FM. A Primavera FM (Riachão) foi fechada três vezes e teve o dirigente criminalizado e na Liberdade FM (Estreito) o dirigente cumpriu a penalização sem apoio jurídico ou parlamentar na situação.

A criminalização dos dirigentes, uma peculiaridade dessa repressão no Maranhão é que a geografia dela se concentra mais para o sul, enquanto são mais esporádicas em outras regiões, remete-nos à discussão sobre o direito de comunicar nas democracias modernas que foi proclamado em vários documentos históricos, assegurando historicamente, assim como o seus correlatos, a liberdade à palavra, de imprensa, de reunião, a livre comunicação de pensamentos e opiniões.

No Maranhão são 619 entidades em andamento, sendo 588 com processos arquivados em definitivo e apenas 12 em análise inicial. É uma política de RadCom excludente e contraditória, em que o Estado nega autorização de funcionamento devido a uma infinidade de exigências. Segundo o presidente da Abraço-MA, Ed Wilson Araújo¹⁵, no Maranhão teria o universo de 170 rádios “legalizadas” e 130 “ilegais”. De um lado é interdito o direito à comunicação com a concentração operada por monopólios e oligopólios e proselitismos, do outro, o Estado repreende e criminaliza. Assegura uma pluralidade, mas criminaliza ações para colocarem rádios no ar.

Além da criminalização, em outro ponto da análise, das principais dificuldades enumeradas pelas rádios comunitárias das regionais estão a ausência de elemento humano para participar da programação das emissoras e para produção de conteúdo local, como,

¹⁴ C.f Araújo (2023).

¹⁵ C.f Araújo (2023).

por exemplo, o jornalístico; a manutenção dos equipamentos, fator que deixou algumas delas fora do ar (Pacas FM de Morros, Central FM de Central do Maranhão, Comunica Alcântara de Alcântara, Alvorada de Itapecuru); a questão da sustentabilidade financeira para o funcionamento básico da emissora (água, energia elétrica, entre outros); oscilação de energia que põe em risco os equipamentos caros; aquisição dos equipamentos iniciais para funcionamento; o processo da renovação da autorização da outorga; a concorrência inicial para a autorização da concessão da outorga com grande grupos midiáticos; intervenções da Anatel; taxas anuais cobradas; a documentação inicial para autorização da outorga; a ausência de orientação jurídica e técnica e os impedimentos para fechar parcerias diante da legislação da área da RadCom.

A pandemia da COVID-19 também se somou às dificuldades já enumeradas pelas rádios comunitárias do Maranhão, principalmente com a queda ou quase inexistência de apoios culturais durante o período mais crítico, entre 2020 e 2021. Tiveram emissoras que ficaram fora do ar durante o período, como a Nova Cultura de Urbano Santos (Baixo-Parnaíba). Um dos maiores gargalos apontado por quase todas as rádios comunitárias do Maranhão é a questão da sustentabilidade financeira e conseqüentemente a manutenção.

Dos 189 registros de rádios comunitárias maranhenses no sistema da Anatel, apenas 150 delas estão em funcionamento em conformidade com a legislação, sendo que uma das grandes dificuldades para a sobrevivência delas é a manutenção.

E essa dificuldade, que é central, nos remete para mais um ponto da análise, as formas escassas de captação de recursos, concentradas basicamente nos apoios culturais, e ausências de iniciativas de financiamentos públicos resultam em uma série de outros descumprimentos da legislação, prejudicando as finalidades e princípios da RadCom (Art. 3º e 4º) e recaindo nos proselitismos. Primeiro, vamos aos proselitismos.

A contrapartida financeira que uma emissora recebe proveniente da “venda” de horário na sua grade para denominações religiosas, pastores ou padres é uma prática comum na maioria das rádios comunitárias maranhenses. São diversos programas de variadas igrejas veiculados pelas rádios comunitárias, às vezes são de um pastor, de um padre ou de um pai de santo, que são produzidos e apresentados por eles.

Na realidade concreta, a “venda” de horário para denominações religiosas no Maranhão não expressa uma influência direta daquelas na gestão das rádios comunitárias maranhenses. São poucas rádios comunitárias maranhenses que têm sua gestão subordinadas às denominações religiosas. E para os radiodifusores comunitários

maranhenses estar com a grade de programação à disposição para as igrejas é forma de agir democraticamente.

A subordinação ou gerência direta a uma denominação religiosa seria o “arrendamento”, que é vedado na legislação, e resulta no proselitismo religioso. No contexto das rádios comunitárias maranhenses esse “arrendamento” não se identifica como regra geral.

Nas exceções à regra, observamos as gestões das igrejas Católica e Assembleia de Deus nas rádios comunitárias maranhenses, ou seja, apropriando emissoras. Na regional Maranhão Central três emissoras têm gestão direta de denominações religiosas: Rádio Dom Romero FM (Santa Luzia) e Rádio Iguará FM (Vargem Grande) vinculadas à Igreja Católica e a Rádio Nova Santa Inês (Santa Inês) vinculada à Igreja Assembleia de Deus.

O proselitismo familiar e empresarial identificado em rádios comunitárias maranhenses, também comprometem o potencial que um veículo comunitário poderia ter ao produzir informações e conteúdos desinteressados comercialmente, sobretudo em um estado onde a maioria das cidades estão situadas em desertos de notícias. Nesse contexto estão emissoras que ultrapassam as barreiras técnicas usando transmissores mais potentes, que comercializam suas programações e que compartilham estúdios com outros empreendimentos da radiodifusão, operando quase sem distinção das rádios comerciais.

Elas recaem num rol de várias proibições dos dispositivos legais e seguem à margem dos princípios e finalidades da RadCom, funcionando como empresas de comunicação, apenas rotuladas de experiências comunitárias, como por exemplo, as Rádios Nova Liberdade FM (Turilândia), Sucesso FM (Santa Helena), Sacoã FM (Viana), Santa Rita FM (Santa Rita)¹⁶, Rosário FM (Rosário) e Rádio Líder FM (Vargem Grande).

Além da operação comercial, os “proprietários” dessas rádios comunitárias maranhenses são concessionários de outros veículos de comunicação, em regra uma retransmissora de TV, descumprindo a legislação de RadCom. No caso da Rádio Sacoã, em Viana, o “proprietário” é dirigente de outra emissora em frequência modulada, tendo a rádio comercial e a comunitária funcionando juntas. Essas rádios comunitárias são as que possuem melhor infraestrutura, mantêm-se e até possuem quadro de funcionários remunerados.

¹⁶ Do proprietário do grupo VTV Comunicação, Fabiano Silva, um dos grupos midiáticos tradicionais do Maranhão.

Coincidentemente, três rádios comunitárias maranhenses com transmissor maior ou turbinado¹⁷ são as que possuem a melhor infraestrutura. Elas são de propriedade de empresários da comunicação que detêm outras concessões de veículos de radiodifusão, tais como retransmissoras de TVs, e, conseqüentemente, são utilizadas para fins não comunitários.

Outro proselitismo é político, ou seja, a vinculação e/ou subordinação das rádios comunitárias maranhenses a políticos em cargos ou não. O estreitamento com a política partidária nas rádios comunitárias do Maranhão está pontuado em várias situações, desde o surgimento e articulação das entidades vinculadas às emissoras para a criação daquelas, passando pelo apoio na tramitação da autorização da concessão da outorga e pela aquisição de equipamentos estruturais.

Nesse contexto, em no mínimo sete rádios comunitárias pesquisadas¹⁸, comunicadores populares e/ou lideranças se candidataram a cargos em disputas eleitorais, geralmente na eleição municipal, porém sem sucesso.

Ainda no proselitismo, o ponto mais acentuado seria a apropriação e instrumentalização do veículo, uns literalmente tendo a “propriedade” do veículo comunitário personalizada, e geralmente associada ao “proprietário” que exerce ou exerceu cargos políticos. Vale lembrar que na radiodifusão comercial é até difícil citar um município maranhense que tenha algum político isento de envolvimento direto na propriedade de rádio ou televisão.

Entre as rádios comunitárias maranhenses pesquisadas, no mínimo 11 emissoras¹⁹ têm a gestão e os rumos definidos por pessoas com vínculos políticos, que são os “proprietários” de veículos que deveriam ser comunitários e representativos das comunidades em que estão inseridos.

Os vínculos, de várias ordens, entre eles os políticos, estão caracterizados na legislação e são proibitivos. No Maranhão, além da violação da legislação em relação aos vínculos políticos partidários, temos a transgressão referente à direção de outra entidade de radiodifusão. Em algumas situações são coincidentes os dois vínculos proibitivos: a

¹⁷ Rádio Líder FM (Vargem Grande), Rádio Sucesso FM (Santa Helena) e Rádio Nova Liberdade FM (Turilândia).

¹⁸ No Baixo-Parnaíba na Independência FM (Tutóia) e Nova Cultura (Urbano Santos), no Sul na Cidade FM (Fortaleza dos Nogueiras), no Maranhão Central na Dehon FM (Pindaré-Mirim), na Regional Tocantina na Arca FM (Balsas) e na Maranhão do Sul (Imperatriz).

¹⁹ Pacas FM, Rosário FM, Rio Farinha FM, Sacoã FM, Alvorada FM, Atividade FM, Tropical FM, Máxima FM, Santa Rosa FM, Babaçu FM e Porto Rico FM (fora do ar).

direção de outra emissora de radiodifusão e o político partidário, resultando numa instrumentalização bem delineada²⁰.

Entre as rádios comunitárias maranhenses, por exemplo, que descumprem a proibição dos vínculos de direção de outra emissora, que são em regra retransmissoras de TVs filiadas a grandes redes de TV, estão: Santa Rita FM, Líder FM, Engenho D'Água²¹, Sucesso FM, Nova Liberdade FM, Alcolit²² (Turiaçu). As quatro últimas têm o mesmo dirigente, funcionam comercialmente, vinculadas a um empresário da comunicação e que tem na direção das entidades vinculadas às emissoras membros familiares, resultando em dois proselitismos, empresarial e familiar.

Além das rádios comunitárias maranhenses com os vínculos proibitivos acima, têm aquelas com vínculos nos quais os dirigentes exercem cargos eclesiásticos/sacerdotes/administração religiosa, entre elas estão a Dom Romero FM, Iguará FM e Nova Santa Inês FM.

Considerando a subordinação das rádios comunitárias maranhenses a políticos ou ex-políticos, a denominações religiosas (sacerdotes e/ou eclesiásticos) e a empresários com outras concessões na radiodifusão sonora e de imagens, no mínimo 44% das rádios comunitárias²³ estão desvirtuadas, transgredindo a legislação, e instrumentalizadas ao redor de algum interesse, político, econômico ou religioso.

Além da instrumentalização, o estreitamento dos laços entre as rádios comunitárias maranhenses e grupos políticos é percebido por meio do apoio financeiro nas programações provenientes de grupos partícipes da gestão dos executivos locais ou de oposição. E, mais uma vez, resultando na possibilidade de a rádio comunitária servir mais a interesses de grupos específicos do que à comunidade na qual está situada.

De fato, um cenário onde mais de 40% das rádios comunitárias estão a serviço de um interesse diverso nos revela como minorias se ocupam dos negócios comuns. Minorias que se confundem ora como proprietários, ora como políticos ou ex-políticos, ora como

²⁰ Existem emissoras que estão com dois vínculos simultâneos, de propriedade de um parlamentar ou ex-parlamentar e com concessão de outro veículo de comunicação (radiodifusão), tais como a Rosário FM (parlamentar, concessão retransmissora de TV, rádio comercial), Tropical FM (parlamentar, concessão de outra rádio comunitária e rádio comercial), Santa Rosa FM (parlamentar, concessão retransmissora de TV), Sacoã FM (parlamentar, concessão de rádio comercial e rádio comercial)

²¹ Rádio ausente da amostra, porém com informações cruzadas em entrevista e na cidade de Caxias, indicam a propriedade do vereador Catulé, proprietário da Rádio Tropical, ambas comunitárias na cidade.

²² Rádio ausente da amostra, sem funcionamento ainda, e sob a gestão do dirigente das emissoras Sucesso e Nova Liberdade. Informações a partir das entrevistas com o dirigente.

²³ Na amostra tem 12 geridas por políticos, seis empresariais que tem outra concessão de veículo e três religiosas, dando 21 do universo total de 48 pesquisadas. Tem quatro que estão tanto no político quanto com outros veículos de comunicação.

empresários da comunicação. E nos fazem recuperar uma questão perene nas democracias modernas: os mecanismos de dominação política em instituições democráticas, como as rádios comunitárias, demonstrando que as condições reais de representação estão distantes da retórica.

Por fim, em mais um dos nove pontos da análise, além dos proselitismos, outra série de outros descumprimentos da legislação prejudicam as finalidades e princípios da RadCom (Art. 3º e 4º). Portanto, mais uma problemática das condições reais da legislação de RadCom é o distanciamento dos princípios fundamentais da programação.

Muitas rádios comunitárias maranhenses seguem uma programação, temas, formatos de programas, incluído os tipos de músicas veiculadas e o modo de participação do público quase sem diferenciação das rádios comerciais. Assim, a rádio comunitária aparece apenas como mais uma entre todas as outras rádios já existentes.

Quando isso ocorre, a rádio comunitária entra na mesma lógica da pouca racionalidade crítica do veículo comercial, pois apresenta pouco espaço para a circulação de ideias diversas ao reproduzir informações das indústrias culturais produtoras de conteúdos simbólicos, discursos e imagens, construindo adesão em torno de determinados projetos e tornando-se dependentes de informações de agências de notícias e de monopólios de oligopólios. Ou seja, reduzem o direito à comunicação.

5 Conclusão

Assim, dos nove pontos analisados perante a Lei 9.612/1998, no Maranhão foram constituídas mais rádios comunitárias desviantes, ou seja, aquelas que se afastam dos princípios comunitários, com perfis similares às rádios comerciais, sendo apropriadas por interesses privados, e rádios dissonantes, aquelas que estão desacordo em vários princípios e finalidades, mas que surgem dentro de iniciativas mais amplas e populares e que experenciam, por exemplo, iniciativas nas programações de democratizar informações e podem vir a ser instrumentos da comunidade desde que resolvidas as problemáticas quanto ao financiamento. Na verdade, na experiência maranhense, a ideia da democratização por meio das rádios comunitárias segue distante. As rádios comunitárias e o movimento da RadCom, por meio da Abraço-MA, continuam diariamente perdendo a luta e tentando sobreviver, apesar disso, a regulamentação não foi um erro, uma vez que avançar algumas posições dentro da conjuntura, mesmo limitada, é fundamental, e é o espaço estreito onde as lutas podem se materializar. A radiografia das rádios comunitárias maranhense, considerando os limites estruturais da

democracia moderna imbricados na formação social brasileira, revela que a ideia da democratização das rádios comunitárias diante da Lei 9.612/1998 constituiu emissoras que se afastam dos princípios e finalidades comunitários, sendo dissonantes e desviantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.** Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Agência Nacional de Telecomunicações. **Sistema de controle de radiodifusão:** consulta geral. Brasília, DF: Anatel, 2023c. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Priscilla Pereira da. **Rádios comunitárias e lutas sociais pela democratização da comunicação no Maranhão.** 2023. 666 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Franklin Douglas. **Mídia e poder político:** a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas/CCSO) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações:** história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios comunitárias:** coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. [S. l.]: Observatório da Imprensa/Projor, 2007. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.